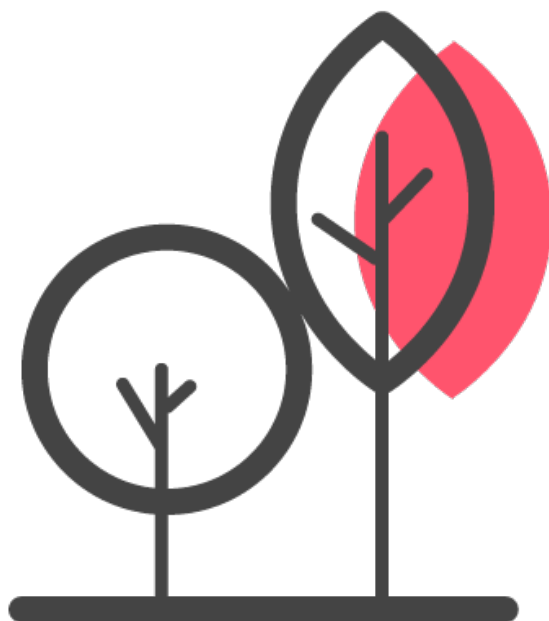


# ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E RESERVA LEGAL



# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
Linhas Gerais.....	4
Aspectos Relevantes.....	5
<b>2. CÓDIGO FLORESTAL .....</b>	<b>6</b>
<b>3. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) .....</b>	<b>8</b>
Conceito e Previsão Legal .....	8
APP previstas no Código Florestal .....	8
Mata Ciliar .....	9
Entorno de Lagos e Lagoas Naturais .....	10
Entorno de Reservatórios D'Água Artificiais .....	10
Entorno de Nascentes e Olhos D'Água Perenes .....	11
Encostas (ou parte destas) com declividade acima de 45° .....	11
Restingas.....	12
Manguezais .....	13
Bordas de Tabuleiro ou Chapadas .....	14
Topos de Morros, Montes, Montanhas e Serras .....	14
Áreas de Altitude Superior a 1.800 Metros .....	14
Veredas.....	15
<b>4. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) - REGIME JURÍDICO.....</b>	<b>16</b>
Outras APP .....	16
É Possível Explorar Economicamente as APP? .....	16
Outras Hipóteses de Intervenção em APP.....	18
Áreas Consolidadas em APP.....	18
Desapropriação em APP.....	19
<b>5. RESERVA LEGAL .....</b>	<b>21</b>
Introdução.....	21
Percentuais Mínimos de Reserva Legal .....	21

Diminuição do Percentual Mínimo Destinado Para Reserva Legal.....	22
Reserva Legal Acima do Mínimo Previsto em Lei .....	23
Uso Alternativo do Solo .....	23
Exceções Para Conservação de Reserva Legal.....	24
Obrigatoriedade de Inscrição da Reserva Legal no CAR.....	24
Possibilidade de Exploração Econômica de Reserva Legal: Manejo Florestal Sustentável e Coleta de Produtos Florestais Não Madeireiros .....	24
Desapropriação e Indenização Nos Casos de Envolvimento de Reserva Legal.....	25
Recomposição de Área Degradada .....	25

## **6. OUTROS ESPAÇOS TERRITORIAIS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS ..... 26**

Apicuns e Salgados .....	26
Áreas de Uso Restrito .....	27
Áreas Verdes Urbanas .....	27

## **7. MATA ATLÂNTICA..... 28**

# 1. Introdução

## Linhas Gerais

Antes mesmo de iniciarmos o tema do nosso curso, precisamos destacar que tudo o que se relaciona com o Direito Ambiental Brasileiro deve estar sempre pautado no art. 225 da Constituição Federal, cujo *caput* prevê:

**Art. 225** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, as Áreas de Preservação Permanente (na prática conhecidas também como “APP”) e Reserva Legal Florestal, nada mais são do que espaços territoriais ambientais e especialmente protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, os quais, de forma geral, são abrangidos pelo §1º, III do art. 225 da Constituição Federal que estabelece:

**Art. 225** (...).

§1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(...)

III – definir, em todas as Unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

(...).

Note que a referida disposição constitucional é genérica, de modo que, além das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal Florestal (objetos deste curso), existem outros espaços territoriais ambientalmente protegidos, tais como Unidades de Conservação (Parques Nacionais, por exemplo), Áreas de Proteção Ambiental, Áreas Verdes Urbanas etc.

Além dessa disposição legal genérica, no §4º, do mesmo art. 225, a Constituição Federal prevê, de forma bem específica, que são classificados como patrimônio nacional os biomas da Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

---

Observe que os biomas da Caatinga e do Cerrado não estão previstos no referido dispositivo constitucional.

---

Percebeu como o art. 225 da Constituição Federal é tão importante, em matéria de Direito Ambiental?!

## **Aspectos Relevantes**

Antes de entrarmos no assunto propriamente dito, objeto deste curso, existem alguns aspectos relevantes que você precisa saber.

O primeiro deles é que todos esses espaços territoriais ambientalmente protegidos têm sua criação e eventuais alterações sempre baseadas em decreto ou lei. A título de exemplo veja o Decreto Federal nº 50.646/1961, que cria o Parque Nacional de Caparaó, onde se localiza o terceiro ponto mais alto do nosso país, o Pico da Bandeira, com 2.892 metros de altitude, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Além disso, uma última informação muito importante é que a competência administrativa é comum para a criação dessas leis ou decretos, isto é, podem ser elaborados pela União Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios.

**OPS....**

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

**VER TODOS OS PLANOS**

# Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal



[www.trilhante.com.br](http://www.trilhante.com.br)

